



Anais da Assembleia

Nº 107

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE SETEMBRO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 98ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 1978.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Ivan Rüppel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpellini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Squarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Waldenício Barbalho (33); achando-se ausentes os Senhores Deputados Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Del Ciel, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (21)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 85/78

Curitiba, 14 de setembro de 1978

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 19 de julho de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de GUAIRAÇÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 86/78

Curitiba, 14 de setembro de 1978

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio

celebrado em 31 de março de 1978, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de CRUZ MACHADO, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 87/78

Curitiba, 14 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 07/78, celebrado em 08 de agosto de 1978, entre o Governo do Estado e a Fundação Projeto Rondon, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando a mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesse do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 88/78

Curitiba, 14 de setembro de 1978

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 04 de agosto de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de QUERÊNCIA DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 89/78

Curitiba, 14 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 07 de julho de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com a interveniência da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a concessão de auxílio financeiro do Estado para aplicação em ações de emergência destinadas a minorar os efeitos da estiagem.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 90/78

Curitiba, 14 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 17 de agosto de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 91/78

Curitiba, 14 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios abaixo especificados, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana.

Municípios	Data da celebração
Cianorte	18/08/78
Indianópolis	18/08/78
Janiópolis	18/08/78
Jardim Olinda	18/08/78
Santo Antônio do Caiuá	18/08/78
Terra Roxa	18/08/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 92/78

Curitiba, 19 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a devida apreciação e aprovação pelos Membros desse nobre Poder, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos, obter financiamentos internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, até o valor de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) ou equivalente em moeda estrangeira.

Destinam-se tais recursos à efetivação de investimentos públicos de elevada significação, principalmente, na área financeira estadual, com expressiva repercussão no campo tributário, econômico e social, como bem poderão aquilatar os nobres Membros desta Casa de Leis.

Os recursos referidos serão aplicados na forma e quantidades a seguir demonstradas:

a) BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL — BRDE, autarquia interestadual de natureza econômico-financeira, cujo capital é atualmente de Cr\$ 352.500.000,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), igualmente divididos pelos três Estados convenientes.

Pretende-se seja elevado para Cr\$ 802.500.000,00 (oitocentos e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) o capital social do BRDE, devendo, em conseqüência, cada Estado conveniente responsabilizar-se por um terço deste aumento, ou seja, pela subscrição de capital no valor de Cr\$..... 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros).

b) BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S/A.— BADEP, cujo capital social hoje é de Cr\$..... 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros), no qual há participação majoritária do Governo Estadual.

Pretende-se, também, seja elevado o capital deste Banco em Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros).

c) SISTEMA VIÁRIO DO PARANÁ — O Plano quadrienal do Governo, iniciado em 1975, e aprovado por essa Casa de Leis em orçamentos anuais e plurianuais, com seus cronogramas físicos perfeitamente em dia, teve a sua esquematização financeira prevista, descompassada momentaneamente, pelos reflexos dos problemas climáticos ocorridos recentemente no Estado, razão por que o meu governo decidiu financiar com operações de crédito as obras que já estavam em andamento e outras essenciais ao perfeito funcionamento da malha viária aprovada, devendo portanto, serem aplicados mais Cr\$..... 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) como complementação dos recursos já previstos e autorizados por essa Assembleia Legislativa, para o referido plano de obras públicas.

Assim, Senhor Presidente, tais investimentos de capital em entidades do setor financeiro, encontram plenas justificativas na necessidade de fortalecimento dos órgãos de fomento que se constituem entre outros, em sustentáculos do desenvolvimento econômico do Estado.

Acresce, ainda, que, face à política de restrição de créditos adotada pelo Governo Federal, é fato notório a dificuldade de repasse de recursos federais dos diversos Fundos e Órgãos, aos Estados, inclusive ao Paraná.

Por outro lado, embora se trata de um fenômeno esporádico, como é de conhecimento geral, a estiagem ocorrida no final de 1977 e início de 1978 causou às safras agrícolas paranaenses prejuízos realmente elevados, fato esse que vem exigir do Governo medidas, neste caso, de caráter financeiro, que permitam às forças de nossa economia, a transposição dos obstáculos surgidos, sem a ocorrência de danos irreparáveis à estrutura sócio-econômica do Estado.

Objetivando quantificar o problema enunciado, considerando apenas cinco das principais culturas do Estado, o prejuízo estimado foi superior a quinze bilhões de cruzeiros,

não se levando em conta as agregações de valor que ocorrem em seus ciclos econômicos.

No que diz respeito às consequências desta quebra de produção, já ocorrida, a arrecadação do ICM sofrerá, até o final deste exercício financeiro, uma redução da ordem de Cr\$ 2,2 bilhões de cruzeiros.

Assim Senhor Presidente, considerando-se os reflexos destes fatores sobre o processo evolutivo da nossa economia e a impossibilidade transitória do Estado de acudir, neste momento, com recursos próprios, as requisições financeiras necessárias à restauração ou mesmo minimização dos efeitos da conjuntura adversa, não nos resta outra alternativa senão a de buscar recursos de outra origem.

Devo esclarecer que, embora estes bancos já venham prestando inestimáveis serviços em prol do desenvolvimento da infra-estrutura do Estado nos setores primário, secundário e terciário, existe absoluta necessidade de serem aumentados os seus capitais, nesta oportunidade, uma vez que suas capacidades de endividamento para carrear novos recursos, subordinam-se às disposições do Banco Central do Brasil, que as limitou em quinze vezes o capital social do Banco.

Assim sendo, o pretendido aumento de quatrocentos milhões, no capital dos dois bancos, corresponderia a uma ampliação de seis bilhões de cruzeiros, nas respectivas capacidades de captação de recursos para serem injetados na economia paranaense.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo plano de lei, a forma prevista pelo § 3º do artigo 25, da Constituição Estadual.

Estas são, Senhor Presidente, em síntese, as razões pelas quais submeto a presente solicitação à apreciação de Vossa Excelência e dessa augusta Assembléia Legislativa.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º – Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, conceder contragarantias de fiança, de aval ou de qualquer tipo de garantia prestada por entidades públicas ou privadas ao Poder Executivo até o montante de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, com base na cotação cambial da época da operação.

Parágrafo único – Do montante estabelecido neste artigo, os empréstimos ou financiamentos, garantias, avais, ou fianças e contragarantias, serão destinados especificamente:

I – ao Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A – BADEP, o valor de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) ou equivalente em moeda estrangeira, para aumento do Capital Social, referente a participação do Estado do Paraná;

II – ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, o valor de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, para aumento do Capital Social, referente a participação do Estado do Paraná;

III – ao Tesouro Geral do Estado, o valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) ou equivalente em moeda estrangeira, destinado ao cumprimento de despesas com execução de obras públicas de infra-estrutura e outras despesas relativas a programações contidas em orçamentos anuais e plurianuais.

Art. 2.º – Fica igualmente autorizado o Poder Executivo a vincular recursos do Fundo de Participação dos Estados – F.P.E., como garantia de empréstimos ou financiamentos, até o montante referido no artigo 1.º da presente lei.

Art. 3.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

– À Comissão de Constituição e Justiça.

Ofício:

Sob o nº 155/78 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido **SANCIONADO** o Projeto de Lei número:

61/78: Do Senhor Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a Escola Profissional e Social do Menor da Cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 7.029. – Agradeça-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja colocado em regime de urgência, o Projeto de Lei n.º 147/78, de minha autoria, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PRADO FERREIRA, do Município de Miraselva-Pr.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1978.

(a) Fuad Nacli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 128/78.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1978.

(a) Jurandir Messias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 12/78.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. VALTINEI BASTOS FERREIRA, ocorrido no dia 23 do corrente mês, na cidade de Sertãoópolis.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1978.

(a) Dácio Leonel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de regozijo pela realização, de hoje até o próximo dia 23 do corrente, do Encontro dos Engenheiros Florestais da Região Centro-Sul, ocasião em que serão discutidos temas do mais alto interesse de nossa coletividade, com conferências dos Engenheiros florestais José Cezario Menezes de Barros, Superintendente da SUDEVEA; José Reinaldo Maffia, Coordenador do Programa de Pesquisa Florestal – CNPQ – Presidente da Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais; Florestal Paulo Vianna, Diretor do Departamento de Economia Florestal – IBDF; e do Dr. Paulo de Azevedo Berutti, Presidente do IBDF.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa, ao Engenheiro Florestal Juracy Cordeiro da Silva,

Presidente da Associação Paranaense de Engenheiros Florestais.
Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.978.

(a) Maurício Fruet.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Fazenda e Superintendente Regional da SUNAB, solicitando-lhes seja mantido o preço do pão de água ao nível do tabelamento fixado para o pão francês, dada a peculiaridade de que, no Paraná, sua população consome habitualmente o chamado pão d'água e, praticamente, inexistente à venda, nas panificadoras, este último, sendo que ambos são feitos com a mesma massa e possuem o peso previsto no tabelamento da SUNAB, ou seja, cinquenta gramas.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Os jornais de nosso Estado, têm divulgado com certa insistência, que os panificadores irão majorar, à revelia, o preço do chamado pão de água, para Cr\$ 0,80 (oitenta centavos).

Ocorre, que, no Paraná, sua população está habituada a consumir esse tipo de pão, e quase não existe à venda o pão francês, que pretendem, "data vênica", identificar como única espécie sujeita ao tabelamento.

Conforme já frisamos em expediente anteriormente aprovado por esta Casa, a SUNAB tabelou o preço do pão de cinquenta gramas, seja ele de qualquer tipo. Se no Rio de Janeiro e São Paulo, Estados mais populosos do Brasil, o consumo habitual é do chamado pão francês, não se pode deduzir que o tabelamento para os demais Estados venham atingir somente aquela espécie de pão.

A prática já demonstrou que, a promessa de nossos panificadores, em manter à venda, em todos os estabelecimentos, o chamado pão francês, e, na sua falta, tornar obrigatória a venda, pelo mesmo preço, do pão d'água, jamais deu resultado positivo.

Por outro lado, não se pode admitir que a SUNAB concorde em fazer "vista grossa" para a elevação do preço do pão, como já estaria ocorrendo em São Paulo e Santa Catarina, segundo as mesmas fontes noticiosas...

Creemos que essa afirmativa é falsa, pois, temos certeza de que o pão d'água quase não é consumido no Estado de São Paulo.

Aproveitamos para esclarecer, que nosso posicionamento, em defesa da manutenção do preço do pão d'água para o Estado do Paraná, nada tem a ver com o comércio daquele produto e nem se trata de qualquer colocação contra aquela laboriosa e muitas vezes sacrificada classe. Todavia, temos que olhar para a situação econômica de nossas populações, e considerar que o pão de cinquenta gramas é o seu alimento básico, e não pode faltar, jamais, em qualquer mesa!

Se levarmos em consideração que o mesmo tipo de pão poderá ser fabricado com o peso de cem gramas, com massa especial, e, conseqüentemente, vendido ao preço pleiteado pelos planificadores, veremos que o tabelamento existente poderá ser mantido!

Devemos considerar, também que os demais tipos de pão estão com seus preços liberados, e, uma broa é vendida a Cr\$..... 10,00 ou Cr\$ 12,00, fato que compensa o alegado e mesmo aceito "sacrifício" na venda do pão d'água ao preço de cinquenta centavos, apesar deste mesmo preço ser cobrado para os demais pães de 50 gramas, em quase todos os Supermercados do Paraná, sem qualquer reclamação de falta de lucro...

Enfim, pedimos a manutenção do preço do pão d'água por se tratar do alimento básico e habitual de todos os lares do Paraná!

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Chefe do Poder Executivo, consubstanciado em veemente apelo, no sentido de ser determinado à Direção do Banco do Estado do Paraná, a instalação de uma agência daquele estabelecimento bancário oficial do Estado, na sede do Município de Nova Olímpia.

Tal solicitação se faz atendendo aos anseios da sua progressista população, e também visando atender aquela rica região de nosso Estado, com uma crescente atividade agropecuária, grande produtora de cereais, com predominância da cultura algodoeira.

A instalação de uma agência do Banco do Estado naquela localidade, beneficiará, não só a região, como também a própria administração estadual.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1978.

(a) Waldenício Barbalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando determine Sua Excelência estudos visando disciplinar rigorosamente o uso de defensivos agrícolas.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1978.

(a) Ivo Thomazoni.

JUSTIFICATIVA:

O uso indiscriminado de defensivos agrícolas, sem obediência à orientação técnico científica causa males irreversíveis aos seres vivos, sobretudo ao homem.

Comumente verifica-se em nosso interior que pessoas sem o menor conhecimento do assunto, usando inseticidas, fungicidas, pesticidas e outros, desordenadamente, e sem a menor proteção pessoal, expõem-se a sérios riscos de vida.

Faz-se mister que o Poder Público, pelos seus órgãos competentes promova estudos e regulamente devidamente a matéria, com brevidade.

Daí as razões do nosso apelo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 158/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o "SERRA CLUBE VALE DO IGUAÇU", com sede e foro na cidade de União da Vitória.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços no campo da Assistência Educacional à comunidade de União da Vitória.

A documentação que apresentamos comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela Legislação Estadual reguladora do instituto de utilidade pública em nosso Estado.

Com isso, esperamos o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N.º 159/78

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE SÃO JOSÉ DE RIO VERDE ACIMA", com sede e foro na cidade de Araucária.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Araucária.

De acordo com a documentação que anexamos ao presente estão preenchidos os requisitos essenciais previstos pela legislação estadual reguladora da matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação os nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 160/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "TENDA ESPIRITUALISTA DE UMBANDA INHAÇA", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1978.

(a) Ivo Thomazoni.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes serviços no campo da assistência social junto à comunidade de nossa Capital.

Além do atendimento espiritual que mantém, o setor de assistência material é dos mais atuantes, assistindo inúmeras famílias desprovidas de recursos.

A documentação que apresentamos junto a presente proposição, comprovam o preenchimento dos requisitos legais exigidos pela legislação estadual.

Com isso, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N.º 161/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública as "OBRAS SOCIAIS DE IBEMA", com sede e foro no Distrito de Ibema, Município de Catanduvas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1978.

(a) Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no setor social à comunidade de Ibema, no Município de Catanduvas.

Conforme a documentação que anexamos ao presente, estão cumpridas as exigências legais previstas pela legislação pertinente à matéria em nosso Estado.

Nestas condições, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Dácio Leonel) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tive oportunidade de ler, ontem, na "Gazeta do Povo",

na coluna política, a seguinte nota: (Lê) "Vale quer eleger candidato". As lideranças políticas do Vale do Ivaí firmaram uma espécie de pacto político visando eleger um candidato daquela região à Assembléia Legislativa do Estado".

A fim de prestar esclarecimentos à Casa, principalmente à coluna política da "Gazeta do Povo", gostaria como representante daquela região do Vale do Ivaí, de prestar um esclarecimento.

Fui Prefeito numa das cidades do Vale do Ivaí, de 65 a 70, e naquela época criamos uma Associação, Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, com dez municípios.

Depois veio a divisão microrregional no Estado do Paraná e aquela Associação passou a contar com dezesseis municípios, começando em Apucarana que é a cidade pólo, mas como a Associação foi criada e pertencia na época a Jandaia do Sul, a sua sede ficou em Jandaia do Sul.

Desses dezesseis municípios eu tenho a honra de representar onze, nesta Casa, e quatro representados pelo eminente Deputado Fabiano Braga Côrtes, e um município que é o de Ivaiporã, que não tem o representante oficial, nesta Casa.

Verificando esta nota, e também eleito morador há tantos anos naquela região, representando a oposição o Deputado José Domingos Scarpelini.

Só Apucarana e Ivaiporã têm condições de eleger um Deputado se unirem aqueles municípios sem ajuda de outros municípios.

Todos os outros quatorze municípios sempre um depende do outro, são municípios pequenos, principalmente o município por onde eu fui eleito que é Marumbi, que toda a votação daria vinte por cento do que necessita o Deputado para a sua eleição.

Portanto, nos consideramos representante da região do Vale do Ivaí.

Na realidade, o Vale do Ivaí com as balsas que tinham naquela região, existia uma divisão, o Vale do Ivaí do lado esquerdo e do lado direito, era difícil uma comunicação.

Mas, graças a esta grande administração que vem fazendo o Governador Jayme Canet Júnior, construindo estradas e pontes e com a ligação da ponte do Ivaí e a ponte do Corumbataí, possibilitou a integração de todos os dezesseis municípios da região do Vale do Ivaí, e cortado hoje por estradas asfaltadas, havendo um perfeito entrosamento entre aqueles municípios, onde por bem, num entendimento entre os municípios nós criamos também, em Jandaia do Sul o Centro de Triagem e Obras Sociais do Vale do Ivaí, que tem um Conselho Deliberativo composto de dezesseis Prefeitos. E lá está sendo concluído um hospital, Hospital Regional, do qual temos contado com o apoio decisivo do Governador do Estado, que ontem mesmo liberou recurso para a conclusão daquela obra que deverá acontecer no mês de fevereiro, do próximo ano.

Respeito os demais candidatos daquela região, candidato hoje que está disputando por Jardim Alegre e Ivaiporã. Jardim Alegre eu tenho o apoio do Prefeito, três Vereadores, líderes de todos os bairros, que é a representação comunitária. Mas era preciso que se desse essa nota para que a "Gazeta do Povo" soubesse que a região do Vale do Ivaí, isto é, o médio Vale do Ivaí, que se compõe destes dezesseis municípios, tem representante nesta Casa e será uma satisfação se mais alguns vierem para cá. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Dácio Leonel) — Respeitada a ordem de inscrição para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, líder da bancada do M.D.B.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "A consciência brasileira não pode deixar de estar voltada para o Paraná, na oportunidade da instalação do 1.º Simpósio Nacional de Ecologia.

Estranha ironia do destino. Exatamente o Paraná abrigar um Simpósio Nacional de Ecologia, patrocinado pelo Poder Público. Se fosse o povo organizado, que se reúne em defesa própria para discutir sua situação e exigir soluções, nada mais natural, uma vez que a agressão ao meio ambiente entre nós, com a completa omissão do Poder Público, exceto na demagogia pré-eleitoral - assume foros de catástrofe.

O Poder Público do Paraná não tem a moral necessária para convocar o povo e os estudiosos do meio ambiente para formar uma corrente de defesa ecológica. Aliás, o Poder Público Federal também não tem.

Ali onde o governo federal criou programas de desenvolvimento abriu as portas à depredação da flora e da fauna brasileiras; abriu condições para que a situação chegasse hoje a um lamentável desequilíbrio ecológico.

O programa de florestamento e reflorestamento não levou em conta nenhuma recomendação do bom senso, para não falar na opinião dos estudiosos. Os incentivos fiscais foram canalizados do Sul para o Noroeste do Brasil. O programa da pesca resultou num duplo desastre: o desequilíbrio da fauna aquática e a corrupção econômica. O programa nuclear hoje assusta a todos os homens conscientes. A colonização da Amazônia é um caso de polícia, para traduzir a ansiedade e os problemas econômicos, sociais e ecológicos resultantes.

Ninguém duvida da necessidade de uma atitude, de uma política séria a respeito do meio ambiente. Mas a este governo falece moral e bons propósitos para encampar a direção dessa tarefa nacional. Ainda há dias, denunciava-se a devastação dos reservas da Serra do Mar e nenhuma atitude responsável para cumprimento da legislação se fez sentir.

O MDB nunca se furtou a defender com seriedade o meio ambiente. Nunca se omitiu em patrocinar a causa nacional e democrática - e não vejo que a questão do meio ambiente possa ser vista apenas como atributo de alguns iluminados.

Nosso apoio àqueles que realmente defendem a ecologia. Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE - (Dácio Leonel) Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No País do trigo-papel, do adubo-papel, do financiamento-papel, só faltava, naturalmente, o suíno-papel, e para que ficasse completa a maneira de se ganhar dinheiro neste País, também acaba de aparecer o suíno-papel.

Srs. Deputados, todos nós temos acompanhado os sacrifícios que tem feito o homem do interior do nosso Estado, quer pelos confiscos, quer pela interferência indevida das multinacionais, quer por erros governamentais, quer pelo desmantelamento da nossa agricultura, quer pela reforma, da reforma a que se submete o Ministério da Agricultura novamente, quer pela orientação econômica a que se dá ao nosso Interior, enfim, não poderia faltar agora, quando a peste suína-africana tão falada e tão desconhecida, atingiu o nosso Estado, que não iria aparecer também o suíno-papel.

Volto do Interior, Srs. Deputados, onde tenho assistido o esforço hercúleo do nosso homem para sobreviver. Venho a esta Casa, onde tenho assistido pronunciamentos de eminentes Deputados defendendo o nosso interior, Deputados do meu Partido e Deputados da Situação.

Volto novamente, agora do Interior, com documentos comprobatórios de que neste País nada é levado a sério. Descubro, e tenho em mãos, documentos que comprovam a falta de seriedade de empresários nacionais, de empresários ligados a multinacionais, estão levando o nosso Interior ao pânico.

Srs. Deputados, não é mais possível que fiquemos calados, mesmo que, conforme ocorreu ainda na última semana,

tenhamos recebido ameaça de morte, se viéssemos a esta tribuna denunciar o que está fazendo a Companhia de Alimentos do Brasil Sociedade Anônima, a COMABRA, da cidade de Ponta Grossa.

Tenho em mãos, Srs. Deputados, o verdadeiro aparecimento neste País, do suíno-papel. Estou, neste momento, requerendo para que estes documentos sejam enviados ao Sr. Ministro da Agricultura, ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, ao Secretário da Agricultura, ao Delegado da COBAL e ao Delegado da Superintendência Nacional de Abastecimento.

Não é mais possível, Srs. Deputados, que se fabriquem, como se fabricou, - e aqui eu tenho em mãos as notas que o comprovam, preços de suínos em cima de um caminhão. Não é possível que, quando um suíno é comprado, lá no Interior, ele seja classificado em primeira e segunda categoria, para quando chega ao frigorífico esta classificação desapareça e o preço seja quase que dobrado, para que então, usando das verbas que o Governo colocou à disposição dos frigoríficos, estas verbas sejam destinadas para outros fins que não o de conseguir que lá no Interior os preços sejam maiores.

Por isso, nesta oportunidade, passarei às mãos do Sr. Presidente desta Casa, requerimento cuja súmula, é a seguinte: (Lê): "SÚMULA - Requer o envio das cópias de documentos relacionados com a comercialização de suínos, aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado, Ministro da Agricultura, Secretário de Estado da Agricultura, Delegado da Companhia Brasileira de Alimentos - COBRAL e ao Sr. Delegado da Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a remessa de cópias dos documentos anexos às autoridades citadas na súmula, para conhecimento das condições em que se está realizando a comercialização de suínos no Estado.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1978".

E como justificativa, nós damos a seguinte:

(Lê): "Infelizmente a peste suína africana criou verdadeiro caos econômico na região produtora, já debilitada pelos problemas de estiagem e das Notas Promissórias Rurais. O Governo Federal atendendo apelo de autoridade e criadores, destinou aos frigoríficos, 500 milhões de cruzeiros para a compra de suínos, procurando, com isto, manter um preço mínimo.

Pelos documentos que anexamos ao presente requerimento, observa-se que tal objetivo não vem sendo conseguido uma vez que, a nível de criador, as medidas tomadas não se fizeram sentir, além de revelarem uma possível má-fé do frigorífico comprador. Senão vejamos:

1 - Pelas notas de compra fornecidas pelo comprador Narciso Dalla Libera, de números 041, 043, 050 e 051, o peso total comprado é de 16 mil 231 quilos, enquanto pelas notas fiscais de entrada de números 15.934, 15.939 e 15.935, emitidas pela COMABRA, de quem o Sr. Narciso D. Libera é comprador, somam 16.640 k.

É o primeiro milagre, que não é o milagre brasileiro. Os suínos saíram de Francisco Beltrão e, na viagem, ganharam cerca de 400 quilos a mais, como, é bom que os Srs. Deputados... e os Srs. Deputados sabem, tais compras são isentas de ICM e sobre as quais apenas incide o Funrural, é bom que se diga, que é fácil criar o porco-papel.

2 - No ato da compra, houve classificação dos suínos em suas categorias, a 9,50 o quilo e a 7,70. A 9,50, a primeira categoria, o chamado porco branco, e a 7,70, segunda categoria, o porco de cor. Conforme explicita a nota de compra número 41, enquanto que na nota fiscal de entrada correspondente, e que tem o número 15.934, tal classificação desaparece. Talvez o caminhão ao passar por nossas estradas, agora cheias de prepostos políticos a pintar as pedras, tenham tomado alguma dose

de tinta e tenham ficado todos brancos, porque lá, a nível de criador, existe a classificação, mas quando chega no frigorífico, esta classificação desaparece, confirmando aliás o que os criadores dizem: "depois de virados salame, não existe mais classificação para o suíno".

3 - Para efeito de pagamento, conforme informação do criador Beno Moter, Francisco Beltrão, os pesos e preços foram os seguintes: "9.980 quilos a 7,70, num total de 76 mil 846 cruzeiros; 6.250 quilos a 9,50, totalizando 59.374 cruzeiros. Somando a sua venda - e foi o que o criador recebeu, 136.221 cruzeiros. Somando-se as Notas Fiscais de entrada, o total é de 213.824 cruzeiros, provavelmente valor pela qual a Comarre se habilitará para receber as benesses do Governo, através daquele fundo já citado.

4 - O lucro bruto do comprador, teria sido de 77.603 cruzeiros, apenas uma carga de porco, estaria dando ao comprador 77 mil cruzeiros. Desconfiamos que isso não fosse verdadeiro, e na verdade não é verdadeiro. Não foi o comprador que ganhou, foi o frigorífico que criou o "porco papel".

5 - Como é norma pagar aos compradores de acordo com uma taxa fixa por quilo, transparece que tal lucro não ficou com o comprador; o que caracteriza o "suíno papel".

6 - Anexamos também cópia da nota de compra número 68; e Nota Fiscal de entrada de número 15.104, de outro criador com as mesmas características.

Sr. Presidente, esses documentos, cujas cópias pretendemos chegue às mãos das autoridades do nosso Estado, e às autoridades federais. É para que se faça uma investigação, uma vez que três partes são lesadas em apenas uma vez: o suinocultor, que recebe preços baixos, o Governo, que tem suas verbas destinadas a amparar o suinocultor, tem suas verbas destinadas para outro fim, provavelmente para tirar o frigorífico da Concordata; e terceira parte lesada, e talvez a mais grave: o consumidor, que tem os preços dos derivados de suínos, aqui na cidade, alterados, pois que, baseados para a compra que a COBAL está fazendo, nos preços constantes das Notas Fiscais de entrada.

O "Trigo papel" prejudicava apenas o Governo; o "adubo papel" prejudicava o Governo mas quase não prejudicava a nível de consumidores, e agora, está comprovado que o "suíno papel", que o suinocultor não só está sendo prejudicado pela peste suína africana, mas principalmente por aqueles que estão comercializando tal matéria prima.

O Sr. Gabriel Manoel - V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, nós estamos assistindo com tranqüilidade o pronunciamento sério de V. Ex.^a e queremos nos parabenizar pela sua coragem de trazer um fato que também os suinocultores do Norte Pioneiro vem sofrendo. É uma contribuição que V. Ex.^a está dando para o próprio Governo. Muito séria e quero em rápidas palavras estar ao lado de V. Ex.^a nesse problema e dizer a V. Ex.^a que fatos como esse devem ser denunciados. Dentro do meu modesto raciocínio, dentro do meu modesto pensamento, acho que V. Ex.^a conta com todo o Poder Legislativo a seu lado. Porque não se pode mais tolerar tamanho abuso, conforme também vêm sofrendo os suinocultores lá do Norte Pioneiro.

Então foi feliz V. Ex.^a em trazer o fato a esta Assembleia. E se V. Ex.^a foi ameaçado de morte, eu quero estar a seu lado, para que dois Deputados sejam ameaçados de morte.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ - Agradeço o aparte do nobre Deputado.

O Sr. Lázaro Dumont - V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Eu também quero, a exemplo do Deputado Gabriel Manoel, congratular-me com V. Ex.^a e ventilar aqui alguns

aspectos: primeiro, vários Deputados, como disse V. Ex.^a, trouxeram o problema da suinocultura a esta Casa. E é lamentável que o preço, hoje, para o produtor do suíno, realmente esteja no preço que está, como disse V. Ex.^a: o porco branco a 9,50 e os demais a 7,50.

O interessante é que o porco branco, talvez, coma até menos do que os demais porcos e custe um pouco mais.

Quando se trazem as denúncias do baixo preço com que o comprador adquire o produto do suinocultor, muitas vezes algumas pessoas não interessadas na solução do problema para o suinocultor, chegam a afirmar que há um certo exagero de determinados representantes do povo, afirmando até que estão usando de um argumento para se promover. No entanto, V. Ex.^a trouxe hoje um fato altamente positivo e comprovador, que é, através de duas notas fiscais uma, de compra do produtor; a outra, falsificada pelo frigorífico, que, recebendo favores do Governo, aproveita-se desses mesmos favores, para explorar não só o Governo mas também o produtor.

Nesta oportunidade nós, realmente, ficamos satisfeitos com a denúncia que V. Ex.^a faz e temos certeza absoluta de que este documento que V. Ex.^a tem nas mãos - e nós tivemos oportunidade de fazer um pronunciamento anteriormente a V. Ex.^a e poder constatar a veracidade desse documento - temos certeza de que o governador do Paraná terá em mãos provas suficientes para lutar também em favor da suinocultura do nosso Estado. Porque nós precisamos senão dar lucro ao suinocultor do Paraná, hoje, pelo menos fazer com que ele empate nas despesas, porque não há a mínima possibilidade de se prever um futuro para a suinocultura paranaense, quando é sabido que um quilo de suíno, hoje, seja branco, amarelo ou a cor que se queira dar ao porco, está em torno de 12 a 13 cruzeiros para o produtor, e ele, por uma onda, um fantasma que se criou para o Estado do Paraná, que é essa invenção da peste suína, ele venha hoje a vender o seu produto a 6, 7, 7,50 ou 9,00 cruzeiros o quilo, levando um prejuízo de 4 ou até 7 cruzeiros por quilo na entrega do suíno gordo.

Mais uma vez, parablenizo-me com V. Ex.^a, e vamos torcer aqui para que o Governador, com esse documento que V. Ex.^a irá encaminhar através desta Casa, e que tenho certeza irá aprovar o encaminhamento de V. Ex.^a, o Governador, como vem fazendo, tome mais uma vez, o partido da suinocultura do Paraná, e possa defender esses suinocultores que hoje, sem dúvida nenhuma, é a classe rural que mais necessita de apoio e de estímulo no Estado do Paraná, hoje.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ - Apenas para acrescentar, eu diria que, inclusive o Paraná também está sendo sangrado, uma vez que o Governo, reconhecendo a dificuldade com que passa a suinocultura, já no dia 30 de junho deste ano, suspendeu, conforme instrução 612, a contribuição do ICM. Suspendeu para que o suinocultor tivesse mais valor na sua profissão.

Infelizmente essa boa vontade do Governo do Estado, do Governo Federal, ao dotar de fundos para financiamento da compra de matéria prima. Não foi entendido, nos parece, pelo frigorífico, e que continua na exploração. Basta apenas acrescentar para que amanhã uma contestação, não se alegue ignorância deste Deputado.

Estas notas que tenho em mãos, do frigorífico, trazem um carimbo, com a seguinte observação: - Nota fiscal emitida por antecipação - quantidade, peso e valor a serem conferidos no recebimento final. - Acontece que nesta nota, que não é provisória, já se encontram descontados os 2,5 do Funrural. E dinheiro, como diz a velha história: "é que nem pancada. Quando vai, não volta". Então, descontado o Funrural, esta nota nos parece totalmente definitiva. O que impressiona, é que o porco, depois que todos nós sabemos, tem aumentado de preço e que o preço esteja cotado por um preço muito maior do que o realmente pago.

O Sr. Lázaro Dumont – E de peso também, nobre Deputado.
O SR. DENI SCHWARTZ – Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Dácio Leonel). – Restando nove minutos para o encerramento do Grande Expediente, estando inscrito o Sr. Deputado Waldenício Barbalho, esta Presidência queria consultá-lo, mas sentiu que S. Ex.^a pretende usar o horário.

Com a palavra, o Sr. Deputado Waldenício Barbalho, inscrito.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uma frase de Rui Barbosa, dita há mais de meio século está a justificar o pronunciamento de S. Ex.^a o Deputado Wilson Fortes, feito exatamente, terça-feira próxima passada.

“O direito do mendigo, do escravo, do criminoso, não é menos sagrado perante a justiça que o do mais alto dos poderes”.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, desta tribuna em dias do mês de setembro, fiz um pronunciamento, dando notícia ao Estado do Paraná, do crime praticado pelo Prefeito de Paraíso do Norte, Sr. Germano Sordi. Li, inclusive, desta tribuna, carta dirigida ao jornalista João Milanez, e até hoje, lamentavelmente a carta não foi publicada em seu jornal, para esclarecimento de seus leitores, que, na região do Norte do Paraná e principalmente da região Noroeste do Paraná, reclamam deste Deputado, as razões que levaram este Deputado a qualificar de crime a atitude daquele Prefeito em Paraíso do Norte.

Posteriormente, e surpreendendo a todos, esta sim, foi uma surpresa, porque inclusive a presença de S. Ex.^a o Deputado Wilson Fortes no recinto da Assembléia Legislativa do Estado, constitui surpresa. S. Ex.^a aqui esteve e fez um pronunciamento que vou passar a ler e vou tentar responder para todos os Senhores Deputados que tenham dúvidas. O erro, este sim, cometido por S. Ex.^a o Deputado Wilson Fortes: dizendo que havia chegado do Norte do Paraná, o ilustre Deputado afirma que chegou ao seu conhecimento, que o ilustre Deputado Waldenício Barbalho, representante também da cidade de Paranavaí, do Noroeste, nesta Casa, a quem temos a honra de privar de sua amizade, que merece o nosso respeito e a nossa consideração, “mas tivemos conhecimento, através de contatos lá da região e em Paraíso do Norte, e através da imprensa, que o nobre Deputado Waldenício Barbalho, desta tribuna, criticou violentamente, o Prefeito de Paraíso do Norte, Germano Sordi, e nós queríamos aqui, neste instante, transmitir ao povo do Paraná que efetivamente, o Deputado Waldenício Barbalho, foi infeliz; cometendo mesmo, uma grande injustiça”.

Infelizmente, em verdade, foi o Deputado Wilson Fortes, ao defender de sua tribuna, crimes contra o patrimônio público. É a resposta.

“Prefeito, jovem, com 22 anos e que já pertenceu num passado distante, ao Partido da Oposição”.

Efetivamente, o Prefeito Germano Sordi pertenceu ao Partido da Oposição e, quando encontrou a solidariedade de Délio Canabrava, Prefeito eleito pelo MDB, naquela oportunidade, meu cunhado, meu amigo, meu compadre, que fiz eu, desta tribuna? Pedi ao Prefeito de Paraíso do Norte, que saísse do MDB e obtivesse a liberdade de dar apoio a seu candidato que, também, eleito pelo MDB, pretendia, agora disputar as eleições de Prefeito Municipal, pela Aliança Renovadora Nacional. O pedido foi aceito; Délio Canabrava não mais pertence ao MDB, lhe deu todo apoio. Mas, diz ainda, o Deputado, no seu pronunciamento:

“Não podemos admitir, e chegou a nos causar estranheza, a atitude do Deputado Waldenício Barbalho, que, pelo que fui informado, está ausente desta Casa.”

Em verdade sempre presente e sempre ausente, o Depu-

tado Wilson Fortes. Na oportunidade que eu desejava estar presente, o ausente é que compareceu para fazer um pronunciamento e que não pôde ser rebatido pelo Deputado Waldenício Barbalho. Mas, diz ele: “É de causar estranheza”.

Hoje em dia, causa estranheza, as acusações de corrupção. Causa estranheza, inclusive, a determinados Deputados da Aliança Renovadora Nacional, a denúncia de crimes praticados por Prefeitos da Aliança Renovadora Nacional. Germano Sordi, é, ao mesmo tempo, inquilino e senhorio da Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte. O documento se encontra nos autos n.º 39/78, de executivo fiscal. Eu trouxe essas provas para a tribuna da Assembléia e, o Deputado Wilson Fortes, estranha que o Deputado Waldenício Barbalho, no uso da sua atribuição primeira, que é fiscalizar a coisa pública, denuncie um fato criminoso. Então, S. Ex.^a está errado. Quem estranha a atitude do Deputado, sou eu, Deputado Waldenício Barbalho estranha a atitude do Deputado Wilson Fortes, ao defender um crime, da tribuna da Assembléia Legislativa do Estado.

E, diz S. Ex.^a, “que não podemos admitir”.

Quer S. Ex.^a admita, ou não, aqui está, mais uma vez, a declaração deste Deputado – O prefeito Germano Sordi praticou crime previsto na legislação vigente do País.

“Mas, não poderíamos deixar de nos pronunciar neste instante e nem poderíamos nos omitir”. Realmente, o Deputado Wilson Fortes é cumpridor de seus deveres. Ele marca, a sua presença é marcante na Assembléia Legislativa do Estado.

“O radicalismo do Deputado Waldenício Barbalho”, radicalismo do Deputado Waldenício Barbalho! “...nos causou, realmente, estranheza; homem que conhece perfeitamente a região de Paranavaí e todos os municípios daquela região, nos causou surpresa o seu pronunciamento”.

Não deveria causar surpresa o meu pronunciamento, ao Deputado Wilson Fortes! Ele sabe que, no exercício de minha função, eu busco o erro, porque ainda é o que nós podemos fazer, como Deputados, pertencentes a um Poder que nada pode, pertencentes a um poder homologatório. O Poder Legislativo hoje é Poder homologatório. Nós não temos as iniciativas das leis e não sei quando a teremos. A iniciativa é sempre do Poder Executivo e o Deputado aqui está para quê? Para homologar as iniciativas do Poder Executivo.

E continua o ilustre Deputado: “Se Germano Sordi se afastou do M.D.B. há alguns anos passados, se chegou a conclusão que ele deveria disputar as eleições para Prefeito, pela legenda da Arena, temos que respeitar a sua atitude”.

Ora, é claro, respeitamos, respeitamos a atitude do Prefeito Germano Sordi. Tanto respeitamos que fizemos até, desta tribuna, apelo ao nosso cunhado e amigo e compadre, Délio Canabrava, então Prefeito do M.D.B., que se retirasse do M.D.B., que cancelasse a sua inscrição para dar apoio a Germano Sordi. Eu fiz política no partido contrário, sendo fiel à legenda partidária. Problema de infidelidade. Os infiéis sempre se dizem fiéis. Ele que foi infiel ao M.D.B. e entendeu de aderir aos princípios da causa da Aliança Renovadora Nacional.

Quem sabe? Certamente para lhe dar cobertura nos crimes que está a praticar no exercício do mandato de Prefeito em Paraíso do Norte, porque o M.D.B. não poderia dar essa cobertura. Eu lamento até profundamente que não esteja aqui, telefonei, mas o nobre Deputado Wilson Fortes não está presente. Eu gostaria de manter uma espécie de diálogo e ser contestado por S. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Dácio Leonel). – Faz advertências ao Deputado. (Inaudíveis).

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – Sr. Presidente, eu tenho a impressão que o microfone de V. Ex.^a não anda bem. Mas eu já fui autorizado pelo líder do M.D.B. a prosseguir a minha oração, se V. Ex.^a me permite.

O SR. PRESIDENTE (Dácio Leonel). – V. Ex.^a tem quinze

minutos regulamentares.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Pois não.

Então, Srs. Deputados e Sr. Presidente, não há nada disso. Nem pretendo que S. Ex.^a o Sr. Germano Sordi venha a dar apoio à minha candidatura porque ele é um homem da Aliança Renovadora Nacional.

Não ajo na região Noroeste, do Paraná, como agem os candidatos a Deputado da Aliança Renovadora Nacional, que aliciam os nossos Prefeitos, aliciam e conseguem a adesão deles, não na base do convencimento das teses e dos princípios da Aliança Renovadora Nacional. Em absoluto. Conseguem a adesão na base da corrupção administrativa. Eu já disse aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que era o projeto Noroeste. Transformou-se em instrumento de corrupção; transformou-se em instrumento de corrupção neste grande e fabuloso Estado do Paraná!

Se dizer isso é contestar a Revolução, pode anotar Sr. Presidente, eu estou contestando a Revolução e pergunto onde é que está a Revolução?

Eu vou repetir aqui o que disse em outro pronunciamento. Se eu for para a cadeia em razão disso, fique o Estado do Paraná inteiro sabendo que só saio dela pela porta da frente, que é a porta da Justiça. Recuso a porta dos fundos que é a porta dos favores. Se perder o mandato, meu dever está cumprido, como oposição ciente e consciente. Mas se for para a cadeia e nem uma coisa e nem outra acontecer, e me derem o perdão, aí eu vou imitar o grande e ex-Deputado Francisco Pinto, da Bahia. Recusou o perdão e fica na cadeia até o último dia da sentença.

Eu também, para a conquista da liberdade neste País. Se for necessário, eu irei também para a cadeia e só sairei no último dia da sentença.

Mas, Sr. Presidente, continua o ilustre Deputado Wilson Fortes, que se diz meu amigo e eu até acredito, mas só não posso aceitar a sua adjetivação que eu a devolvo por inteiro.

Mas, diz S. Ex.^a, refere-se ao voto de repúdio pela maioria arenista da cidade de Paraíso do Norte.

A que tempo nós vivemos? Dizem que nós vivemos tempos de paz e de amor. Nós vivemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tempo de corrupção, precisamos lutar contra isso.

A Câmara Municipal de Paraíso do Norte, aceitando a intervenção do Prefeito, através de quatro Vereadores, me conferiu um título, que me orgulha muito mais do que os títulos de Cidadão Honorário, conferidos a Rolf Lunkmoss de Christo, na região Noroeste do Paraná, para que ele ajude a corromper a coisa pública, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e isso me orgulha muito mais porque não gosto de bajulação.

E ainda diz S. Ex.^a mas, sem dizer qual o motivo, só que S. Ex.^a qualifica o motivo, e é bom que leia o seu pronunciamento. (Lê):

“Semana passada estivemos em Curitiba, já no final da semana, e não tivemos a oportunidade de assistir à sessão, participar da sessão, e usar da tribuna da Assembléia Legislativa do Estado. Queremos pois, neste instante, ao reconhecer as qualidades do Deputado Waldenício Barbalho, (me chama de radical e diz que eu tenho qualidade) dizer também do seu erro (diz que eu tenho qualidades, tantas qualidades e estou sempre errando) “da sua injustiça, (está dizendo que eu sou injusto) um Prefeito que é reconhecido na microrregião de Paranavaí, na AMOMPAR, como um dos Prefeitos que mais está realizando, que tem todos os Vereadores da Câmara Municipal ao seu lado por unanimidade, aprovando, aplaudindo o seu trabalho, o seu programa de governo, as suas realizações, por motivo fútil vem à tribuna da Assembléia, o nobre Deputado Waldenício Barbalho, criticá-lo de uma maneira violenta”.

Que maneira violenta! Mas ele não diz a futilidade, os professores de Direito dizem que o motivo fútil, qualifica o crime. Quem pratica um crime por motivo fútil, terá a pena

acrescida. Motivo fútil, não sei qual o significado que pretendem emprestar.

Mas, ele deveria ter declarado da sua tribuna, qual o motivo fútil. Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é fútil o motivo de se roubar o patrimônio municipal? É fútil o motivo de um Prefeito, está inteiramente provado nos Autos n.º 39, de 1978, na Comarca e Forum de Paraíso do Norte, um Prefeito ser locador e locatário? Um prefeito ser senhorio e inquilino? Os Deputados, está aí, na Constituição Estadual e Federal, não podem contratar com entidades de direito público. Então, o Prefeito pode? O Prefeito pode contratar com entidades de Direito público, e é a isso que o nobre e ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, chama de motivo fútil?

Sr. Presidente, é lamentável. É preciso se lamentar um comportamento deste. Não sei porque ainda participo da vida política deste País, e deste Estado, mas eu digo porque:

Fatos dessa natureza, fatos semelhantes, me decepcionam profundamente, me desiludem. É preciso participar, lutar pela conquista da liberdade e da democracia, e é por isso que ainda estou na luta. E S. Ex.^a ainda diz, que na cidade de Paraíso do Norte, ele ganhou três eleições, e vai ganhar a quarta. Não é verdade, diga-se com toda a elegância, não é verdade.

Todas as eleições que ele participou em Paraíso do Norte, perdeu. Duas, para suplente de Deputado e a terceira para Deputado Estadual, então eleito.

É lamentável, Sr. Presidente, nós que lutamos pela moralidade pública, e a moral deve ter aquela definição universal, o que é moral aqui, é em toda a parte do universo. Defender-se o roubo, o furto, o crime praticado contra uma coletividade, não é o crime praticado contra a pessoa física. Quando se comete um crime praticado contra a pessoa física, o ofendido é apenas um cidadão.

Pode-se dizer, extensivamente, que a comunidade, tanto é verdade que o crime é de ordem pública. Mas muito mais extensivo é o crime praticado contra uma comunidade porque aí, se a comunidade tem cerca de 30 ou 40 mil munícipes, o crime é praticado contra os 30 ou 40 mil munícipes. Foi isto que fez o Prefeito Germano Sordi. Este é o motivo fútil, qualificado por S. Ex.^a, o nobre Deputado Wilson Fortes?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este pronunciamento deveria ter sido feito, deveria ter sido escrito, mas... e tempo, nesta luta desesperada em busca do voto, é verdade, as cadeiras estão vazias, de quem é a culpa? Dos Deputados? Muito mais do poder público, muito mais do regime de exceção, muito mais da Lei Falcão, que obriga que o Deputado percorra as suas bases políticas, e como mendigo, esteja a solicitar o voto para poder representar o povo na Assembléia Legislativa do Estado.

Fui testemunha, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de um ato deprimente e humilhante, na minha cidade de Paranavaí. Lá pelas tantas, eu ouvi um foguetório, chegava então o ex-Governador num jipe aberto, para ser olhado e visto pela população, mas o fogueteiro na frente. Depois de inaugurado o seu comitê, saiu pelas ruas da cidade, e o fogueteiro na frente. Gritou uma criança: — É a jogada maior! Não, a outra respondeu: — Quem sabe! O Circo chegou na cidade. Também não. Mas o bilheteiro reclamava para ele, — Deve ter sido o grande prêmio que veio a Paranavaí!

Nada disto aconteceu. Era a presença do ex-Governador Paulo Pimentel na cidade de Paranavaí.

Que espetáculo triste, revoltante até! Um homem que foi Governador do Estado, que ocupou a mais alta magistratura deste Estado, que cumpriu seu dever como Governador, que é candidato a Deputado Federal, precisa de expedientes humilhantes para se fazer ver e olhar, para chamar a atenção do público, numa cidade como a de Paranavaí, ou em tantas outras cidades do Noroeste do Paraná, ou do Estado; o fogueteiro à frente, para anunciar a presença do ex-Governador do Estado.

Quando é que nós vamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, acabar com esta humilhação? Quando vamos nós acabar com esta humilhação?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o processo em que se enquadra o Sr. Germano Sordi, está na comarca de Paraíso do Norte. É verdade que, assim como recebe a proteção de um Deputado, de um membro do Poder Legislativo, recebe também do Poder Judiciário daquela cidade.

Aqui está uma certidão. Tão logo S. Ex.^a o Promotor Público teve as provas nas mãos de que o acervo de bens da Lanchonete situada em próprio Municipal da Prefeitura de Paraíso do Norte, S. Ex.^a o Promotor Público pediu a suspensão do feito e lhe foi dada por 30 dias. Concluiu os autos a S. Ex.^a o Juiz de Direito, novamente vistas ao representante da Fazenda Estadual. E pela segunda vez pede S. Ex.^a suspensão do feito. E desta vez o Juiz concede seis meses. Seis meses está suspenso o feito na Comarca de Paraíso do Norte. É uma proteção ao Prefeito, ditada pelo Ministério Público que deveria ser independente. Afinal de contas o que é o Promotor Público? O nome está a dizer; alguém diz: promotor de Justiça. Mas que Justiça é essa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que Justiça é essa em que o Promotor Público tão logo vê a prática de um crime dentro dos autos, compete a ele, isto sim, retirar a prova dos autos para processar o ladrão. Por bom que seja. Ainda que seja o bom ladrão, teria que ser processado. A prova está lá. Eu não tive necessidade de fazer prova. A prova está nos autos. E recebe a proteção do Poder Judiciário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Essa, essa não. Essa é a maior. Mas está aí um desabafo. Dos maiores, dos maiores, Sr. Presidente. S. Ex.^a o nobre Deputado Wilson Fortes, transformou-se na Assembléia Legislativa do Estado em advogado do réu. Ele deveria invocar a lei. Deveria invocar a lei para, em solidariedade ao Deputado do MDB que cumpre com o seu dever, requerer da Assembléia Legislativa, o que está na lei. Os órgãos federais, estaduais ou municipais, interessados na apuração da responsabilidade do Prefeito podem requerer abertura de inquérito policial, ou a instauração da Ação Penal pelo Ministério Público, bem como intervir em qualquer fase do processo, como assistente da acusação. Não o fez. Mas eu devo fazê-lo, mesmo com a Casa vazia. Eu devo fazê-lo e naturalmente vou encontrar do outro lado, o advogado do réu. Que deveria ser, em primeiro lugar, advogado do patrimônio público. S. Ex.^a advogado do réu, o criminoso, que praticou o crime por motivo fútil, diz o Deputado Wilson Fortes. Esquecendo porém que o motivo fútil, dito por ele da Assembléia, sem dizer qual era o motivo, — só que ele qualificou de fútil, esquece que o motivo fútil, qualifica o crime.

E só, Sr. Presidente, muito obrigado. — (Com revisão orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional, sobre se deseja usar o espaço de tempo que lhe é reservado. — (Declina).

Para falar em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo, hoje, apenas, registrar um aspecto da vida política brasileira, que nos está chamando a atenção.

A luta pelas reformas políticas sempre andou ao lado do acatamento às regras do jogo político. Para aqueles que sabem ser necessário esclarecer, criticar, para conseguir posição majoritária, para formar um consenso nacional. Enquanto prevalecem as leis injustas, acho que devemos, dentro delas, lutar para esclarecer e para mudar, não fazendo demagogia e lançando os gritos demagógicos para obter créditos políticos populares. Toda vez que se deixaram de lado as incoerências da própria legislação excepcional para fazer demagogia se estava, apenas, fazendo

políticamente para obter destaque e o culto popular do falso heroísmo. Agora, os setores mais representativos da sociedade brasileira, inclusive, militares tomaram consciência de que era chegada a hora de terminar com a legislação excepcional. O Governo pretendeu fazê-lo a seu modo, inserindo a exceção na Constituição, com o respaldo do Congresso Nacional; a Oposição querendo a volta ao estado de direito.

Entretanto, o que aconteceu com a votação das reformas, no Congresso Nacional, faltaram alguns votos daqueles que fizeram suas carreiras com discursos e pronunciamentos bombásticos e demagógicos.

Como se não bastasse a tolerância aos amaralistas e aos janguistas do Rio de Janeiro, os negociatas em muitos lugares e a conveniência de outros com seus ex-chefes e ex-patrões políticos partidários, que hoje se encontram no Poder; como se tudo isso não fosse a demonstração da incoerência política e do oportunismo, ainda se acovardaram na hora da votação das reformas pelo Congresso.

Pois bem, por que esses falsos líderes populares se lançam dentro dos partidos contra aqueles que não compartilham os seus pontos de vistas —, nem se submetem às suas lideranças que hoje estão provadas, são pseudo-liderança.

Mas a hora da verdade aparece e chega. Quais foram os Deputados do Paraná que faltaram à votação no Congresso Nacional?

Quais são as lideranças que estão disputando a campanha eleitoral que levam ao eleitorado as grandes mensagens do partido e que o povo tanto espera?

Desde a campanha da Senatória até a Deputação Estadual, sentimos no Paraná uma campanha política sem comando coerente, enquanto o povo espera a firmeza daqueles que devem defendê-lo.

Uns consideram que seu maior crédito é ter sido da democracia-cristã como se esse partido não fosse o mesmo do ex-Ministro Ney Braga e do Senador Affonso Alves de Camargo Neto e de tantos outros que ajudam a todos os que têm passado comum, na expectativa de formar um novo partido depois das eleições, o partidão. Outros se creditam à vice-liderança do M.D.B. na Câmara Federal, mas na hora de votar não comparecem ao Congresso Nacional, em tão importante hora.

Em nome da coerência, vista pelo ângulo de seus interesses, fui acusado e atacado. Mas, sou um homem coerente neste emaranhado de coerências oportunistas.

É verdade que essa incoerência não é privilégio, nem só meu e nem só do M.D.B. Dentro do partido do Governo pessoas disputam o direito de negociar seu voto em troca de um cargo, seu cargo em troca de um negócio.

E então, dois ou três candidatos governistas agarram a máquina burocrática ou a burla à legislação eleitoral e se pronunciam em evidente desrespeito ao processo eleitoral vigente.

Esperemos que estas eleições marquem o final desse período de caos político, em que cada um encontra o seu alinhamento dentro dos partidos do futuro, pois, provado está materialmente que o M.D.B. tem uma base que sustenta e uma cúpula que trai!

O episódio das reformas políticas é uma demonstração da falta de comando do nosso Partido, que comprometeu com isso as eleições de 15 de outubro e as eleições de 15 de novembro, as oposições nacionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os partidos políticos no Brasil, o bi-partidarismo no Brasil está falido. É hora de se formar novos partidos políticos, porque não se pode admitir que dentro de uma Nação tenha apenas duas correntes de pensamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente de sessão anterior, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 91/78.

Em votação o requerimento. — Aprovado.

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere e fará, nesta votação, verificação de forma inversa. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

12 Srs. Deputados aprovam o requerimento. Nenhum

Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere e depois de devidamente alertados os Srs. Deputados que proventura se encontrem em outras dependências do Palácio 19 de Dezembro, o Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal para constatação "quorum".

(Soam os tímpanos)

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Responderam a chamada nominal, 23 Srs. Deputados. Não há "quorum" para deliberação, todavia, há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados, apenas em fase de discussão.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/77, de autoria do Deputado José Domingos Scarpelini, com fundamentos no que dispõe o parágrafo 3.º, do artigo 102, da Emenda Constitucional n.º 1, de 17/10/69, altera o disposto no artigo 130, da Lei n.º 6.174, de 16/11/70. Pareceres contrário da C.C.J. e favorável da C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 161/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica alterado o disposto no art. 130 (Caput) da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, com fundamento com o que dispõe o § 3.º, do Art. 102, da Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, concedendo-se ao funcionário público estadual que tenha prestado serviço à qualquer área, federal, estadual ou municipal, o direito de contar, para todos os efeitos legais, o respectivo tempo de serviço prestado à qualquer um desses órgãos públicos.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1977.

JUSTIFICATIVA:

(a) José Domingos Scarpelini

Ocorre, que em nosso Estado, já esteve em vigência lei temporária, concedendo tais benefícios aos funcionários estaduais, mas, em verdade, ponderável parcela de servidores públicos, ainda na ativa, não pôde se beneficiar da referida lei — por razões inteiramente alheias à sua vontade. É que, quando tomaram conhecimento da existência da lei, esta já estava fora de vigência. O fato é que, essa falta de conhecimento foi motivada, em sua maioria, não por culpa ou displicência do funcionário, mas pela grande deficiência dos meios de comunicação, prejudicando apreciável parcela de servidores que, lotados em repartições públicas em distantes Municípios do "hinterland" paranaense, não foram, em tempo hábil, informados da concessão desse benefício. O que aqui se pretende, com a aprovação deste projeto de lei é de inteira justiça — e tem fundamento lógico na mais pura razão, observando-se ainda o relevante aspecto social e humano da medida. O que pretendemos, afinal, é que através uma nova lei, mesmo temporária, se conceda a oportunidade aos servidores estaduais, não beneficiados pela Lei anterior, de contarem, PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS — o tempo de serviço prestado ao Governo Federal, aos Executivos Estaduais e Municipais, mesmo que seja serviço prestado, à entidades autárquicas ou paraestatais.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 161/77

De autoria do nobre Deputado José Domingos Scarpelini, o presente Projeto de Lei n.º 161/77, tem por finalidade alterar dispositivo da Lei n.º 6.174, de 16/11/70, — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Embora as intenções do seu autor sejam as das mais louváveis, face a dispositivo constitucional tal matéria é de iniciativa privativa do Governo do Estado (Art. 25 da Const. Est.).

Nestas condições, o nosso parecer é contrário ao projeto de lei n.º 161/77, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua rejeição.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29 de março de 1978.

(aa) Paulo Camargo - Presidente

Waldenício Barbalho - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 161/77

Ao analisar o projeto supra, que propõe a alteração no disposto do artigo 130, "Caput" da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970, esta comissão nada tem a opor, visto não ferir os dispositivos de disponibilidades das despesas do Estado.

Isto posto, salvo melhor juízo, é pela aprovação do projeto em epigrafe.

Sala das Comissões, em 6 de junho de 1978.

(aa) Erondy Silvério - Presidente

Lúcio Machado - Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 161/77

O presente Projeto de Lei n.º 161/77, de autoria do nobre Deputado José Domingos Scarpelini, tem por finalidade alterar disposições da Lei n.º 6.174, de 16/11/70 — Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a analisar sobre o mérito da matéria, temos que de acordo com a justificativa apresentada pelo seu autor é das mais meritorias e justa a intenção do projeto já que visa conceder, de acordo com a Constituição Federal, direito do funcionário público estadual de contar para todos os efeitos legais, o

tempo de serviço prestado em qualquer área federal, estadual ou municipal.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1978.

(aa) Wilson Fortes, Presidente; Nelson Buffara, Relator.

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 180/77, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que concede Título de "CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ", ao jornalista Roberto Marinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – EM REGIME DE URGÊNCIA. – Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 180/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao jornalista Roberto Marinho.

Art. 2.º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de dezembro de 1977.

(a) Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

Ninguém fez, na iniciativa privada, mais do que o jornalista Roberto Marinho, para unir este país, através da comunicação escrita, falada e televisada.

Sua obra não deve ser só causa de orgulho de uma poderosa e respeitável empresa, mas motivo de júbilo de todo o povo brasileiro, cuja unidade nacional, através de cadeia de televisão, se tornou possível por força da coragem empreendedora do jornalista Roberto Marinho.

Como uma das unidades da federação, o Paraná está integrado à rede Globo, que cobre totalmente o seu território, levando aos lares paranaenses a distração, a informação e a pesquisa que elevam também o nível cultural do povo.

Um país-continente como o Brasil depende, fundamentalmente, da comunicação para se integrar e a conjugação de esforço de governo e iniciativa privada, para cobrir todos os seus quadrantes merece o nosso aplauso e esta manifestação de profundo reconhecimento em nome do povo que aqui representamos.

Ao propor a cidadania paranaense para o jornalista Roberto Marinho, queremos que a homenagem se estenda a todos os homens que tornaram, com seu labor, realidade o sonho de Irineu Marinho; aos homens que acreditam na comunicação como meio de aproximar seres humanos de diferentes regiões, credos e cores; aos homens que não temem investir na cultura; aos homens que plantam para o futuro sem se preocupar em colher prontamente o fruto, mas na certeza de que sua árvore irá produzir para gerações vindouras.

O jornalista Roberto Marinho, é, pelas suas qualidades, um cidadão que honra a América Latina, que dignifica o Brasil e que deve ser exaltado em todos os Estados brasileiros.

O Paraná ao conceder cidadania ao jornalista Roberto Marinho, não só faz justiça; cumpre uma obrigação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 180/77.

P A R E C E R

Pretende o nobre Deputado Erondy Silvério, com o presente Projeto de Lei n.º 180/77, conceder ao ilustre jornalista Roberto Marinho, o título de cidadão honorário do Paraná.

É deveras das mais justas e meritórias, que o jornalista Roberto Marinho, que tanto tem contribuído em prol da integração e interação desse nosso imenso País, de características continentais, receba do Paraná, essa honraria.

A contribuição ativa que, através da imprensa falada escrita e televisada, sob a sua direção vem impondo na defesa dos elevados postulados democráticos e das normas institucionais, além da ação em favor de obras de relevante valor social, como também, a efetiva participação e contribuição na divulgação da cultura, da arte e da literatura no Brasil, são entre outros, fatores que demonstram o denodo e a ativa participação da personalidade de Roberto Marinho.

A cultura brasileira de norte a sul, tem recebido contribuição das mais valiosas, através da Imprensa dirigida e orientada pela sua capacidade.

Legal e constitucionalmente, está a matéria em condições de merecer a Aprovação desta Casa.

Com isso, o nosso parecer é FAVORÁVEL, nos congratulando com a meritória e justa proposição que visa honrar com o título de cidadão paranaense, um dos mais ilustres jornalistas brasileiro.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1.978.

(aa) Waldenício Barbalho, Presidente;

Gilberto Carvalho, Relator.

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 85/78, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que concede Título de CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ, ao Professor Dr. MILTON MIRÓ VERNALHA. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – EM REGIME DE URGÊNCIA. – Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 85/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Professor Doutor MILTON MIRÓ VERNALHA.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1.978.

(a) Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

O ilustre Professor Doutor Milton Miró Vernalha, filho de tradicional família paranaense, vem desempenhando com denodo as elevadas funções de emérito Professor Catedrático de Entomologia e Parasitologia Agrícola da Escola Superior de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Paraná, elevando o alto conceito de nosso Estado, no setor do Ensino da Pesquisa e da Cultura Científica.

Sua conduta, quer na vida profissional, quer na vida privada, são exemplos dos mais destacáveis que ficam a merecer, daqueles que o conhecem e privam da sua amizade, os maiores encômios.

O notável currículo que anexo apresentamos ao presente projeto de lei, vem completar o que afirmamos, enumerando através das altas funções e trabalhos realizados, a justeza e meritória benemerência que ora propomos seja outorgada pelos Poderes constituídos do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 85/78

P A R E C E R

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, tem por finalidade, outorgar o título de cidadão benemérito do Paraná, ao Professor Dr. Milton Miró Vernalha.

O projeto de lei está devidamente justificado, atendendo ao que preceitua o Art. 123, do Regimento Interno.

A iniciativa não encontra qualquer impedimento quer legal, quer constitucional que possa prejudicar a sua tramitação por esta Casa, enquadrando-se aos requisitos da Lei n.º 5638, de

13 de setembro de 1967.

Quanto ao mérito da matéria, temos que a sua justificativa que acompanha o plano de lei, nos convence da sua oportunidade, e da feliz iniciativa, que vem a ser a de outorgar a benemerência paranaense, a um de seus mais ilustres filhos, que muito tem dado de si, em prol do ensino, da pesquisa e da cultura científica, elevando o conceito do Paraná na esfera nacional e mundial.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Waldenício Barbalho, Presidente;

Gilberto Carvalho, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública o "LAR BOM PASTOR", com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 90/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública o "LAR BOM PASTOR", com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1978.

(a) Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

O Lar Bom Pastor, modelar instituição dedicada à educação das crianças abandonadas ou carentes, vem desenvolvendo notável trabalho, graças ao apoio da comunidade.

O eminente fundador e líder da Obra, Reverendo Estevan Christmann, por sua vez, não tem medido esforços para o seu crescimento.

Recentemente, teve sua dedicação reconhecida com a doação de uma área do patrimônio Municipal, onde será edificada a nova sede, com mais de uma centena de vagas.

Justo, portanto, que ressalte este Poder Legislativo, os méritos da entidade apontada, para o que propomos o presente plano de lei, na expectativa de seu acolhimento e aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 90/78.

PARECER

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o presente Projeto de Lei n.º 90/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "LAR BOM PASTOR", desta Capital.

Analisando-se o processo, através da justificativa que o acompanha e a documentação nele inserida, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, reguladora do instituto de utilidade pública, em nosso Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Waldenício Barbalho, Presidente;

Gilberto Carvalho, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/78, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que autoriza o Poder Executivo, ceder para uso de dependências físicas e equipamentos respectivos, aos membros da União dos Escoteiros do Brasil — Região do Paraná, em áreas de parques e Reservas florestais de propriedade do Estado, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 95/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Nas áreas, parques e reservas florestais de propriedade do Estado, o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Agricultura, cederá o uso de dependências físicas e equipamentos respectivos, destinados a abrigar os membros da União dos Escoteiros do Brasil — Região do Paraná.

Art. 2.º — O uso das dependências e equipamentos, referidas no artigo anterior, será concedido à União dos Escoteiros do Brasil — Região do Paraná, mediante ato público do qual conste a duração, a responsabilidade e os encargos da entidade, sobretudo com relação a conservação do meio ambiente.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1978.

(a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

— Seria ocioso repetir aqui a finalidade educativa, revestida de alto sentido cívico-humanitário do Movimento Escoteiro em todo o mundo.

Importa realçar, porém, uma das suas mais nobres atividades, que é a de preservar a natureza, em termos de ecologia.

De um modo muito particular, nestes dias em que o Paraná suporta os danosos efeitos da estiagem prolongada, é especialmente simpática a atuação dos escoteiros no sentido de defender a integridade do meio ambiente.

Convém ao Estado contar com essa inestimável colaboração, gratuita e entusiástica, da juventude voltada para atividades estreitamente ligadas à conservação das nossas reservas florestais.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 95/78

PARECER

O presente Projeto de Lei n.º 95/78, de autoria do nobre Deputado Gabriel Sampaio, tem por objetivo determinar o uso de dependências físicas e respectivos equipamentos das áreas, parques e reservas florestais de propriedade do Estado, à União dos Escoteiros do Brasil — região do Paraná, conforme especifica.

Analisando-se a matéria, temos que é das mais elevadas e nobre a intenção do seu autor, com a medida proposta.

É do conhecimento público o alto espírito cívico e moral que norteia o movimento mundial do escotismo na formação de crianças e adolescentes, desde a sua fundação, através da visão humanitária de Baden Powell.

A justificativa apresentada nos convence plenamente, e, em razão da não existência de óbice algum, quer legal, quer constitucional que impeça a sua aprovação por esta Casa, opinamos FAVORAVELMENTE.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de agosto de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente;

Fabiano Braga Côrtes, Relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N.º 95/78

PARECER

O projeto de lei em exame, tem como escopo principal, autorizar o Poder Executivo a ceder o uso das dependências e equipamentos nas áreas, parques e reservas florestais de propriedade do Estado, à União dos Escoteiros do Brasil — Região do Paraná.

A idéia do ilustre Deputado que subscreve a proposição, Gabriel Sampaio, é de uma felicidade ímpar, pois a entidade beneficiada é constituída por uma elite de pessoas, preparadas

e credenciadas a exercerem atividades de interesse público invulgar, por força dos princípios fundamentais estatutários, e de uma disciplina irrepreensível, razão porque ela é merecedora da admiração e confiança da nossa sociedade e, portanto, capaz de assumir o encargo visado no anteprojeto.

Daí porque aplaudimos a sugestão e recomendamos a aprovação da matéria pelos nossos ilustres pares, membros dessa Comissão, tornando realidade a iniciativa proposta.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1978.

(aa) Lázaro Dumont, Presidente;
Alfredo Gulin, Relator.

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 99/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Dr. ALCIDES NUNES GUIMARÃES. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – EM REGIME DE URGÊNCIA. – Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 99/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Dr. Alcides Nunes Guimarães.

Art. 2.º – esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1.978.

(a) Ivo Thomazoni.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 99/78.

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, o presente projeto de lei tem por finalidade outorgar o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Alcides Nunes Guimarães.

O projeto de lei está devidamente justificado, atendendo a esta feita ao previsto no Art. 123, do Regimento Interno.

A iniciativa não encontra qualquer impedimento quer legal, quer constitucional, que possa prejudicar a sua tramitação por esta Casa, enquadrando-se aos requisitos da Lei n.º 5638, de 13 de setembro de 1967.

Quanto à sua oportunidade, temos que a justificativa nos convence da meritória homenagem que se pretende seja outorgada ao Dr. Alcides Nunes Guimarães, pelos seus relevantes serviços prestados ao nosso Estado, que muito lhe deve pelo exercício de ministrar a justiça com isenção e alto senso de responsabilidade.

Assim, somos pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1.978.

(aa) Waldenício Barbalho, Presidente;
Gilberto Carvalho, Relator.

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 101/78, de autoria do Deputado WALDENÍCIO BARBALHO, que denomina “PROFESSOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO”, a Unidade Pólo de 1.º e 2.º Graus, da cidade de Paranavaí. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – EM REGIME DE URGÊNCIA. – Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 101/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica denominada “Professor Bento Munhoz da Rocha Neto” a Unidade Pólo de 1.º e 2.º Graus da cidade de Paranavaí.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1978.

(a) Waldenício Barbalho.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná se destaca junto aos demais Estados da Federação, pelo grande valor intelectual, espírito público, dedicação e humildade de seus homens.

Grandes foram as figuras políticas que fizeram este Estado respeitado e amado em todo o Brasil.

Contudo, nenhuma dessas figuras foi maior, em seu amor aos estudos, dedicação ao trabalho, desprendimento e doação frente ao interesse público, do que a figura do eminente Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, que podemos, sem qualquer exagero ou desconsideração a todos que serviram ao Paraná, nominar como o maior dentre os grandes.

Parlamentar dos mais lúcidos, Governador com grande visão sociológica dos destinos do Paraná para o qual traçou linhas mestras, Ministro de Estado dos mais competentes, se orgulhava contudo de um único título que ostentava com galhardia, honra e mérito – o de Professor.

Daí a razão de pretendermos atribuir a um Pólo de Ensino da cidade de Paranavaí, o seu nome com o título que o engrandece sobre os demais, que nos envaidece e serve de padrão à nossa juventude – Professor Bento Munhoz da Rocha Neto.

É necessário, contudo, que se diga que o Município de Paranavaí muito deve à figura desse eminente paranaense, sem que tenha sequer de longe marcado com um gosto, por mais simples que seja, o reconhecimento dessa gratidão.

O patrimônio que constitui a sede do Município de Paranavaí, foi doado pelo Governo do Estado àquele Município, por decisão e iniciativa do então Governador, Bento Munhoz da Rocha Neto.

Nada mais justo, portanto, que se preste a esse extraordinário benfeitor de Paranavaí, a esse cultor das letras, a esse político que dignificou e engrandeceu a função política, a esse administrador que soube fazer do seu cargo uma fonte de serviços voltados para o bem da coletividade, a esse Professor que pelo exercício do Magistério tornou a cátedra cada vez mais respeitada, nada mais justo, repito, do que atribuir-se o seu nome a uma instituição voltada para a educação e formação de nossa juventude.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.
PROJETO DE LEI N.º 101/78.

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado Waldenício Barbalho, o presente Projeto de Lei n.º 101/78, tem por finalidade denominar “Professor Bento Munhoz da Rocha Neto” ao próprio estadual que especifica, na cidade de Paranavaí.

É deveras louvável a iniciativa do nobre Deputado Waldenício Barbalho, querendo homenagear postumamente o ilustre paranaense que foi o insigne Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, que muito deu de si para o progresso de nosso Estado.

Legal e constitucionalmente, nada há que possa impedir a sua aprovação por esta Casa, razão pela qual, nosso parecer é favorável.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Waldenício Barbalho, Presidente;
Ezequias Losso, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição e uma Comissão Especial de Srs. Deputados, para participarem em nome desta Casa de Leis, do 1.º Simpósio Nacional de Ecologia, a realizar-se nesta Capital no período de 26 a 29 do corrente. – Aprovado.

A Presidência indica para participar da Comissão Especial,

o Sr. Deputado Lázaro Dumont, autor do requerimento, e os Srs. Deputados que desejarem participar, poderão inscrever-se junto à Mesa.—

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valtinei Bastos Ferreira, ocorrido na cidade de Sertanópolis.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela realização do Encontro dos Engenheiros Florestais da Região Centro Sul.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de ser determinado à Direção do Banco do Estado do Paraná, a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito, na sede do Município de Nova Olímpia.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Fazenda e Superintendente Regional da SUNAB, encarecendo-lhes seja mantido o preço do pão de água ao nível do tabelamento fixado para o pão francês.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam determinados estudos visando disciplinar rigorosamente o uso de defensivos agrícolas.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da tribuna, solicitando o envio de cópias de documentos relacionados com a comercialização de suínos, aos Srs. Governador do Estado, Ministro da Agricultura, Secretário da Agri-

cultura e Delegados da COBAL e SUNAB.— Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 55/77, 107/77, 108/77, 157/77, 54, 73, 93, 94, 97, 98 e 120/78.

EM VOTAÇÃO:

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 161/77, 180/77, 26, 30, 55, 85, 90, 91, 95, 101, 99/78 e de Resolução n.ºs: 36, 45, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 90, 97, 98 e 105/78; marcando ainda, uma sessão para quinta-feira, dia 28, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.º 141/74, 106/77, 24/78, 36, 41, 42, 48, 49, 60, 63, 74, 82, 96/78 e de Resolução n.ºs: 55 e 72/78.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados que hoje, neste Plenário, no horário das 20,00 horas, será realizada a Sessão Solene de instalação do 1.º Simpósio Nacional de Ecologia, promovido pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — Secretaria de Agricultura e Governo do Estado do Paraná. Para a referida Sessão Solene, estão convidados todos os Senhores Deputados, funcionários e demais pessoas que desejarem participar.

Levanta-se a sessão.